

**PROGRAMAÇÃO****CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**

Desafios da Tecnologia na Justiça: Governança Digital, Inteligência Artificial e Deep Fake

INFORMAÇÕES DA ESCOLA	Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Responsável Técnico da Escola: Diretor da Escola: Cláudio Luís Braga dell'Orto Mandato do Diretor: 07/02/2025 a 07/02/2027		
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	Até 12 de agosto de 2026		
DATA E HORÁRIO	De 17 de agosto a 15 de setembro de 2026 Aulas síncronas: 21 e 28/08, 04/09, das 9h às 11h		
TIPO DE ATIVIDADE	Curso de formação continuada	CARGA HORÁRIA	14 horas
MODALIDADE	A distância	Nº DE VAGAS	40
LOCAL	Plataforma Moodle (http://virtual.emerj.com.br/) e Plataforma Zoom		
PÚBLICO-ALVO	Magistrados do TJRJ		
EMENTA DO CURSO	Inteligência artificial nas funções públicas; o homo digitalis e os desafios ao direito; IA; segurança cibernética; o fenômeno do deep fake.		
TEMAS GERAIS			
EIXOS E SUBEIXOS	Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado: Temas de Direito Civil Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado: Temas em Tecnologia, IA e Redes Sociais; Democracia 4.0		
JUSTIFICATIVA	<p>A crescente incorporação de tecnologias digitais à Administração Pública, especialmente ferramentas de inteligência artificial, tem redefinido a forma como decisões judiciais são produzidas, processos são conduzidos e políticas públicas são implementadas. Assim, emerge um problema concreto e atual: como assegurar a integridade, a legalidade e a legitimidade das decisões administrativas e judiciais diante do uso de sistemas tecnológicos capazes de automatizar análises, influenciar resultados e, inclusive, manipular informações de maneira sofisticada.</p> <p>A expansão do uso da inteligência artificial na gestão pública, em processos e na produção de provas digitais, aliada à disseminação de conteúdos falsos altamente verossímeis, como as chamadas deepfakes, impõe desafios inéditos ao sistema de justiça. Tais tecnologias, embora capazes de ampliar a eficiência e a celeridade, também potencializam riscos de fraude e desinformação, com impactos diretos sobre a proteção do interesse público e a confiança nas instituições.</p> <p>Os magistrados atuam em situações cada vez mais complexas, nas quais se exige não apenas o domínio da matéria jurídica tradicional, mas também a capacidade de compreender criticamente o</p>		

	<p>funcionamento dessas tecnologias, seus limites e suas implicações. Questões como a validade de provas digitais, a responsabilização por atos praticados com uso de inteligência artificial, a identificação de manipulações informacionais e a análise da motivação de decisões automatizadas passam a integrar o cotidiano da jurisdição.</p> <p>Diante disso, o desenvolvimento de competências específicas torna-se indispensável. É necessário, de forma constante, a leitura crítica de evidências tecnológicas, avaliação de riscos em ambientes digitais, compreensão de algoritmos e seus vieses, e aplicação dos princípios da administração pública em contextos mediados por tecnologia. Trata-se, portanto, de preparar o magistrado para decidir com segurança em um ambiente marcado pela incerteza tecnológica, adequando-o às exigências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, garantindo a preservação dos direitos fundamentais, da ordem democrática e da confiança social no Poder Judiciário.</p>
OBJETIVO GERAL	<p>Ao final do curso os magistrados serão capazes de analisar os desafios da tecnologia enfrentados pelo Poder judiciário e pela sociedade em geral, adequando-os às exigências do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em especial com foco nas políticas públicas e empresariais que vêm incorporando a inteligência artificial.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	<p>Identificar os desafios da tecnologia na judicialização de conflitos;</p> <p>Analisar e reconhecer a desmaterialização do conceito jurídico de domicílio.</p> <p>Validar os atuais efeitos da digitalização e responsabilidade no mundo virtual.</p> <p>Reconhecer o fenômeno do Deep Fake.</p> <p>Aplicar as práticas de Segurança Cibernética.</p>
DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE	
COORDENAÇÃO	<p>Cláudio Luís Braga dell`Orto Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Diretor-Geral da EMERJ. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes - Rio de Janeiro (2000). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (1983). Professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1994 e professor adjunto da Universidade Católica de Petrópolis, desde 1988. Foi Diretor da Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros (2015). Foi membro do Conselho da ENFAM - ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. Professor da EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desde 1992. Professor da ESAJ - Escola Superior de Administração Judiciária do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: direito penal, estado democrático de direito, direitos humanos, princípio da reserva legal e princípios constitucionais penais. Desenvolve pesquisa sobre Limites ao poder incriminador: a reserva dos direitos humanos. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu a vice-presidência e a corregedoria geral e a presidência. Desenvolve projeto sobre a gestão de processos e precedentes para eficiência do sistema de justiça. Possui certificação Formação de Formadores. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/8447787845216423</p>

<p>TUTORIA</p>	<p>Lúcia Frota Pestana de Aguiar Pós-Doutorado em Direito. Doutorado em Direito concluído com indicação à publicação em 28 de agosto de 2019. Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1995). Possui Certificado de Habilitação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil expedido em 29/01/1996. Possui Certificado de Conclusão no Curso de Preparação à Carreira da Magistratura. Possui Especialização em Direito Público e Privado pela Universidade Estácio de Sá, no período de 05/03/2001 a 16/04/2002, com certificado de conclusão expedido em 25/06/2002. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Doutora em Direito e Professora do PPGD da UNESA, além Diretora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. E membro da Law and Society Association (www.lawandsociety.org). Vice-Presidente do Fórum Permanente de Pós-Humanismo e Defesa dos Animais Cláudio Cavalcanti da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Membro dos Fóruns Permanentes de Estudos Filosóficos; Hermenêutica e Decisão; e Integridade e Transparência Administrativa e Liberdade de Expressão da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Editora-chefe da Revista ESAJ Acadêmica. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/7811095605686107</p>
<p>DOCENTES</p>	<p>Cláudio Luís Braga dell`Orto Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Diretor-Geral da EMERJ. Mestre em Ciências Penais pela Universidade Candido Mendes - Rio de Janeiro (2000). Graduado em Direito pela Universidade Católica de Petrópolis (1983). Professor adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, desde 1994 e professor adjunto da Universidade Católica de Petrópolis, desde 1988. Foi Diretor da Escola Nacional da Magistratura da Associação dos Magistrados Brasileiros (2015). Foi membro do Conselho da ENFAM - ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE MAGISTRADOS. Professor da EMERJ - Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, desde 1992. Professor da ESAJ - Escola Superior de Administração Judiciária do Rio de Janeiro. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: direito penal, estado democrático de direito, direitos humanos, princípio da reserva legal e princípios constitucionais penais. Desenvolve pesquisa sobre Limites ao poder incriminador: a reserva dos direitos humanos. Integrou o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro, onde exerceu a vice-presidência e a corregedoria geral e a presidência. Desenvolve projeto sobre a gestão de processos e precedentes para eficiência do sistema de justiça. Possui certificação Formação de Formadores. Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/8447787845216423</p> <p>Lúcia Frota Pestana de Aguiar Pós-Doutorado em Direito. Doutorado em Direito concluído com indicação à publicação em 28 de agosto de 2019 . Possui graduação em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1995). Possui Certificado de Habilitação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil expedido em 29/01/1996. Possui Certificado de Conclusão no Curso de Preparação à Carreira da Magistratura. Possui Especialização em Direito Público e Privado pela Universidade Estácio de Sá, no período de 05/03/2001 a 16/04/2002, com certificado de conclusão expedido em 25/06/2002. Possui Mestrado em Direito pela Universidade Estácio de Sá. Doutora em Direito e Professora do PPGD da UNESA, além Diretora da Escola de Administração Judiciária do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. E Membro da Law and Society Association (www.lawandsociety.org). Vice-Presidente do Fórum Permanente de Pós-Humanismo e Defesa dos Animais Cláudio Cavalcanti da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Membro dos Fóruns Permanentes de Estudos Filosóficos; Hermenêutica e Decisão; e Integridade e Transparência Administrativa e Liberdade de Expressão da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/7811095605686107</p> <p>Jessé Torres Pereira Junior Graduado em Direito pela Universidade Cândido Mendes (1964-1968). Ingressou na magistratura de carreira do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro em 1984. Exerceu o magistério de Direito Administrativo e de Direito Constitucional em Faculdades de Direito privadas (1977-92) e em cursos preparatórios de candidatos ao ingresso em carreiras jurídicas superiores (1985-98). Leciona na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, em temas de Direito Público (desde 1991), sendo seu</p>

	<p>professor emérito (desde 2012). Membro de bancas examinadoras de Direito Administrativo em concursos para o ingresso em carreiras jurídicas - Procuradorias do Estado, de Municípios e do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (1998-2015), Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (2001-2006) e Senado Federal (2012). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional (desde 1994) e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (desde 1996). Membro do Conselho Editorial da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (desde 2001). Membro dos Conselhos Editoriais da Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública e da Revista Fórum Administrativo (desde 2004); das Revistas Síntese, do Grupo IOB, desde 2011; do Boletim de Licitações e Contratos, da Editora NDJ, desde 2011. Sócio emérito do Instituto Brasileiro de Responsabilidade Civil IBRC (desde 2003). Coordenador dos cursos de pós-graduação, lato sensu, em Direito Administrativo, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (desde 2012) e da Escola de Administração Judiciária (desde 2013). Membro eleito do Órgão Especial do TJ/RJ (2013-2015). Professor Convidado, em Cursos de Especialização, da Fundação Getúlio Vargas (desde 2014). Membro do Conselho de Sustentabilidade do Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2016-2017). Professor Convidado em cursos de especialização da Escola Superior de Advocacia da OAB/RJ (desde 2018). Aposentado na Magistratura Estadual.</p> <p>Link para Lattes: http://lattes.cnpq.br/3781922776344517</p>
<p>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</p>	<p>A metodologia do curso será centrada em um formato dinâmico e participativo, utilizando estratégias de ensino que promovem a aprendizagem ativa. O curso será composto de 3 módulos.</p> <p>Em todos os módulos haverá um encontro síncrono com duração de 2 horas para exposição e debate sobre o tema da aula. Haverá, em cada módulo, uma questão para ser trabalhada no fórum de discussão e a utilização de uma ferramenta para a participação ativa e reflexiva dos discentes.</p> <p>Em cada módulo será abordada a temática proposta sempre direcionada a atividade judicante e visando a construção do conhecimento através de aulas expositivas, brainstorming, estudo de casos concretos e debates. O Brainstorming será utilizado visando levantar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito dos temas propostos no curso, de modo a viabilizar um diagnóstico da turma com a consequente adequação do planejamento das atividades de ensino. As aulas terão uma parte expositiva dialogada e outra de resolução de casos concretos em grupo. Além disso, serão utilizados recursos audiovisuais como apresentações no PowerPoint e disponibilização de material de apoio. Neste contexto, o processo educativo pretende proporcionar uma aprendizagem significativa, duradoura e aplicável, contribuindo para o aperfeiçoamento e aprimoramento contínuo dos magistrados.</p> <p>Indique os materiais que serão utilizados nas atividades propostas:</p> <p>Fórum de discussão com perguntas catalizadoras de debates</p> <p>Ferramentas ativas:</p> <p>Questionário</p> <p>Mural Virtual</p> <p>Glossário</p> <p>Encontro síncrono (data/hora)</p> <p>Kahoot; Mindmeister; Miro; etc...</p>

PROGRAMAÇÃO

AMBIENTAÇÃO Período de: 17 e 18/08	Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).
Módulo 1 Período de: 19 a 25/08 Carga horária: 4 horas	<p>O HOMO DIGITALIS E OS DESAFIOS AO DIREITO</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 21/08 das 9h às 11h Tema: O homo digitalis e os desafios ao direito Conteúdo programático:A desmaterialização do conceito jurídico de domicílio. Projeções da pessoa natural. A digitalização da vida em sociedade. Efeitos da digitalização e responsabilidade no mundo virtual. Docente: Cláudio Luís Braga dell`Orto</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Estudo de caso (50min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (1 hora). Metodologia ativa por meio do uso da ferramenta Glossário, de forma colaborativa. Os participantes deverão, antes da primeira aula, alimentar a ferramenta com termos que já conhecem referentes à temática. O recurso deverá permanecer disponível ao longo de todo o curso para que, com o avanço dos estudos e a aquisição de novos termos, a atividade continue sendo alimentada e sirva como referência para a disseminação do conhecimento (30min). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona e nas demais atividades descritas.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min) FERREIRA, Vinicius Lauriano. Trabalho, Desempenho e Burnout: O Homo digitalis na Sociedade da Informação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru/SP. Disponível em: https://abrapcorp2.org.br/site/manager/arg/Ai2QLgI8BW_artigoabrapcorp2020comautor.pdf Acesso em 04.mai.2026</p> <p>Polícia investiga primeiro estupro coletivo de avatar usado por menor de idade no metaverso, revela site. Revista MONET. Disponível em: https://revistamonet.globo.com/noticias/noticia/2024/01/policia-investiga-primeiro-estupro-coletivo-de-avatar-usado-por-menor-de-idade-no-metaverso-revela-site.ghtml Acesso em 04.mai.2026.</p>
Módulo 2 Período de: 26/08 a 01/09 Carga horária: 4 horas	<p>INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E EVOLUÇÃO DA IA NO GOVERNO DIGITAL</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 28/08, das 9h às 11h Tema: Inteligência artificial e evolução da ia no governo digital</p>

	<p>Conteúdo programático: Fundamentos e evolução da Inteligência Artificial no Direito e na Administração Pública; IA no governo digital: uso de dados, serviços públicos digitais e eficiência administrativa; Limites, riscos e garantias no uso da IA no Direito Administrativo sancionador, na gestão pública e na improbidade administrativa</p> <p>Docente: Jessé Torres Pereira Junior</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Estudo de caso (50min.).</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (1 hora). Metodologia ativa por meio de Mural Virtual Colaborativo (30min) A atividade consiste na construção de um mural virtual colaborativo, no qual os participantes irão compartilhar percepções, experiências e reflexões sobre o uso da inteligência artificial no governo digital, especialmente no âmbito da Administração Pública e do Direito Administrativo sancionador. A proposta busca estimular uma análise crítica sobre aplicações, limites e desafios da IA, aproximando o conteúdo teórico das situações práticas vivenciadas na gestão pública. A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona e nas demais atividades descritas.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min)</p> <p>CANTARINI, Paola et al. (org.). Direito e inteligência artificial: fundamentos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, [s.d.]. Cap. 1, p. 9-26. Disponível em: https://philpapers.org/archive/CANDEI.pdf. Acesso em: 4 maio 2026.</p>
<p>Módulo 3</p> <p>Período de: 02 a 08/09</p> <p>Carga horária: 4 horas</p>	<p>SEGURANÇA CIBERNÉTICA, DEEPFAKE E LIBERDADE DE EXPRESSÃO</p> <p>Encontro síncrono (2 horas) Dia e horário: 04/09, das 9h às 11h Tema: Segurança cibernética, deepfake e liberdade de expressão</p> <p>Conteúdo programático: Definições de <i>Deep Fake</i>, Segurança Cibernética, <i>misinformation</i>, desinformação (<i>disinformation</i>) e o contexto da pós-verdade; Gestão de Incidentes; Tecnologia e Mecanismos do <i>Deep Fake</i>; estudo das câmaras de eco, viés de confirmação, polarização de grupo e as consequências para a liberdade de expressão e democracia.</p> <p>Docente: Lúcia Frota Pestana de Aguiar</p> <p>Metodologia da aula: <i>Brainstorm</i> para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (60min). Metodologia ativa por meio de Flashcards colaborativos - Kahoot (50min). A atividade propõe a utilização de flashcards como estratégia de aprendizagem ativa para consolidação de conceitos sobre segurança cibernética, e os impactos das tecnologias de manipulação (Deep Fakes) e desinformação no Poder Judiciário. Os participantes serão estimulados a consolidar os conteúdos teóricos vistos, favorecendo a memorização, a compreensão conceitual e a aplicação prática no contexto da atuação jurisdicional.</p> <p>Atividades e Avaliação de aprendizagem: Metodologia participativa por meio de debates virtuais realizados no Fórum de Discussão (1h30min). A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos(as) alunos(as) na aula síncrona e nas demais atividades descritas.</p> <p>Leitura obrigatória: (30 min)</p>

	<p>ANDRADE, André Gustavo Corrêa de Andrade, Desinformação na Era Digital, Disponível em: Revista da AJURIS, v.49, nº 153, 2022- p. 37-66. Acessado em 28/04/2026</p> <p>https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/1333/841</p> <p>UNESCO Institute for Information Technologies in Education, TheNextMinds, 2020. SPENCER, Michael K. Deep Fake, a mais recente ameaça distópica. Outras Palavras, 30 maio 2019. Disponível em: outraspalavras.net/tecnologiaemdisputa/deep-fake-a-ultima-distopia. 2021.TANDOC, JR., Edson C.; WEI LIM, Zheng; LING, Richard. Defining “Fake News”: A typology of scholarly definitions. Digital Journalism, v. 6, n. 2, p. 137-153, 2017. Acessado em 28/04/2026</p> <p>TRANSPARÊNCIA BRASIL. Recomendações de governança: uso de inteligência artificial pelo poder público. São Paulo, 2020. Disponível em: bit.ly/3xfOXY0. Acessado em 28/04/2026</p>
<p>Módulo de Avaliação final</p> <p>Período de: 09 a 15/09</p> <p>Carga horária: 2 horas</p>	<p>Questionário</p> <p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso</p> <p>Avaliação das Aulas</p> <p>Avaliação de Reação</p>
<p>AVALIAÇÃO (Total 100 pontos)</p>	<p>Participação nas aulas síncronas: 10 pontos cada - 30 pontos.</p> <p>Fóruns de discussão: 10 pontos cada – 30 pontos</p> <p>Glossário: 10 pontos</p> <p>Mural virtual: 10 pontos</p> <p>Questionário: 20 pontos</p>
<p>CERTIFICAÇÃO</p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS

1. **METODOLOGIA DO CURSO:** A proposta metodológica da EMERJ está alinhada ao objetivo de desenvolver a educação continuada dos juízes com vistas ao progressivo amadurecimento do seu conhecimento e aprofundamento da atenção permanente para o alcance prático e repercussão social de suas decisões. A metodologia do curso está em consonância com a proposta da ENFAM, que em sua Resolução No. 7 de 7 de dezembro de 2017 (Diretrizes Pedagógicas) estabelece a necessidade da formação dos magistrados possuir um caráter humanista e interdisciplinar. Ela será teórico-prática, tomando a prática jurisdicional como ponto de partida e integradora, buscando apreender a prática jurisdicional como parte e em suas relações com a totalidade complexa constituída pela sociedade. Assim, o processo de aprendizagem ocorre com o protagonismo do magistrado aluno, desencadeando processos de reflexão sobre as situações concretas da prática jurisdicional, estimulando novas formas de agir.
2. **AMBIENTAÇÃO:** Todo o material estará disponível na plataforma Moodle, no endereço <http://virtual.emerj.com.br/>. Os(as) alunos(as) receberão, ao se inscreverem, o link para acesso à Plataforma e ao Curso, com um login e senha. Na primeira tela encontrarão todas as informações necessárias para a ambientação: Navegando pela Plataforma; Dicas para EaD; Manual do Aluno; Programação do curso e informações sobre o (a) Tutor (a); Acesso às ferramentas de comunicação que serão utilizadas (Fóruns; chats; vídeos; hiperlinks). Os canais de suporte ao cursista também estão lá informados.

3. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS TUTORES:** Conforme Plano de Tutoria enviado ao tutor, faz parte de suas responsabilidades mediar os debates realizados nas atividades síncronas e assíncronas (conforme explicitadas no plano de curso, esclarecer as dúvidas dos(as) alunos(as) e dar feedback dentro dos prazos estipulados no plano de tutoria, avaliar as atividades realizadas pelos(as) alunos(as) de acordo com a proposta metodológica e avaliativa descrita no plano de curso e estimular a participação criando um clima de cooperação entre os participantes por meio de mensagens no chat e/ou nos fóruns de discussão.
4. **ATUAÇÃO E RESPONSABILIDADES DOS(AS) ALUNOS(AS):** Os(as) alunos(as) deverão participar de todas as atividades (síncronas e assíncronas) descritas no plano de curso de modo que haja a necessária interação entre conteúdo/docentes/discentes, devendo cumprir a porcentagem das atividades consideradas obrigatórias (conforme descritas no plano de curso no item Avaliação) e atingir os critérios para certificação.
5. **AVALIAÇÃO.** Na formação dos magistrados entende-se a avaliação como um processo contínuo e sistemático, sendo concebida como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Ela deve ocorrer com foco na prática profissional, em todos os momentos do processo de aprendizagem, mediante diversos instrumentos e procedimentos avaliativos e articulados com todos os objetivos das ações educacionais planejadas. A avaliação de aprendizagem do aluno será individual e contínua e levará em conta a participação nos Fóruns de Discussão, a realização das Questões Formativas, a realização das demais atividades propostas em cada módulo. Ao final do curso será apresentada uma questão avaliativa (Estudo de Caso - opcional) que contemplará a totalidade dos temas estudados ao longo dos módulos. Será disponibilizado, também na plataforma, um formulário para elaboração do Registro Reflexivo. Para a avaliação do curso o magistrado cursista preencherá um formulário de reação, conforme escala de valores para cada quesito, alinhada às diretrizes da ENFAM, tais como: avaliação dos professores, avaliação dos temas apresentados, carga horária, qualidade do material de apoio e integração dos participantes durante o curso no próprio ambiente Moodle. Essa avaliação de impacto dos resultados alcançados pela realização do curso é de grande importância tanto para o processo de autoavaliação dos magistrados quanto para o processo de aprimoramento constante dos cursos oferecidos por essa Escola.
6. **FREQÜÊNCIA E APROVAÇÃO:** A aferição da participação dos cursistas se dará pela realização das atividades propostas ao longo do curso, devendo ao final atingir o mínimo de 75% de aproveitamento, conforme Instrução Normativa Enfam n.1/2017, sendo condição para a certificação e atribuição das horas de aperfeiçoamento.
7. **DESISTÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO.** A desistência de participação em atividade promovida pela Escola Judicial, para a qual tenha sido efetuada inscrição, deverá ser realizada no portal de magistrados durante o período de inscrições ou comunicada no prazo de até 2 (dois) dias úteis antes do início do evento, por meio de mensagem eletrônica para a caixa de mensagens deama.emerj@tjrj.jus.br.